

TEXTUAL



“Falta uma regulamentação no Estado que compense as cidades com maiores áreas de preservação, não só por ICMS”

BETO FRANCINE
AMBIENTALISTA E PROFESSOR

“Os Municípios têm autonomia para aplicar os recursos provenientes do repasse do ICMS Ecológico e dos demais índices do repasse”

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
EM NOTA OFICIAL

Galeria



Cenários. Da esquerda para a direita, a concha do Banhado, em São José, vista aérea de Caraguatuba e entrada de Campos do Jordão, na Serra da Mantiqueira; cidades fazem parte de um total de 14 municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba destinados a receber repasses do ICMS Ecológico por sediarem áreas de preservação ambiental; foram repassados R\$ 17,3 milhões em 2013

MEIO AMBIENTE NA REGIÃO, CIDADES DO LITORAL NORTE SÃO AS QUE MAIS RECEBEM REPASSES, EM RAZÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NO MAR E MATA

ICMS verde dá R\$ 17,3 mi ao Vale

É oficial: 14 cidades da região receberam repasse do ICMS Ecológico em 2013 por terem áreas de preservação em suas terras

XANDU ALVES

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Quatorze cidades da Região Metropolitana do Vale do Paraíba receberam R\$ 17,366 milhões em 2013 de repasse do ICMS Ecológico.

Trata-se de uma parcela do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) total que o Estado arrecada e que volta para municípios que tenham áreas de preservação estaduais em seu território.

A conta é feita com base no tamanho do território protegido, e não leva em conta áreas ecológicas municipais e nem federais, o que provoca críticas de ambientalistas (leia texto nesta página).

O Estado usa apenas 0,5% da parcela de 25% do total de ICMS arrecadado no ano para definir o ICMS Ecológico, que também não é obrigatoriamente aplicado em projetos ambientais.

A verba não pode ser “carimbada” em razão de não haver previsão legal para definir o gasto do benefício, que pode ser aplicado em qualquer área na cidade, o que também provoca críticas de especialistas.

Em nota, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente informou que, em razão da atual legislação, não tem controle de como os recursos são aplicados pelas cidades.

Mas explicou que, para que essa verba seja direcionada a projetos ambientais, o município é quem deve aprovar uma lei específica.

“O direcionamento dos recursos não depende de uma alteração na lei Estadual”, informou a pasta. “Mas sim da existência de uma legislação municipal que estabeleça como deve ser feita a aplicação dos recursos”.



“A legislação ambiental está atrasada em São Paulo. Ainda não há critérios qualitativos para aplicar o ICMS Eco”

FLÁVIO OJIDOS
ADVOGADO E CONSULTOR JURÍDICO

SAIBA MAIS

→ ICMS ECOLÓGICO

Parcela do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) que a cidade recebe por ter em seu território espaços protegidos por lei estadual

→ CÁLCULO

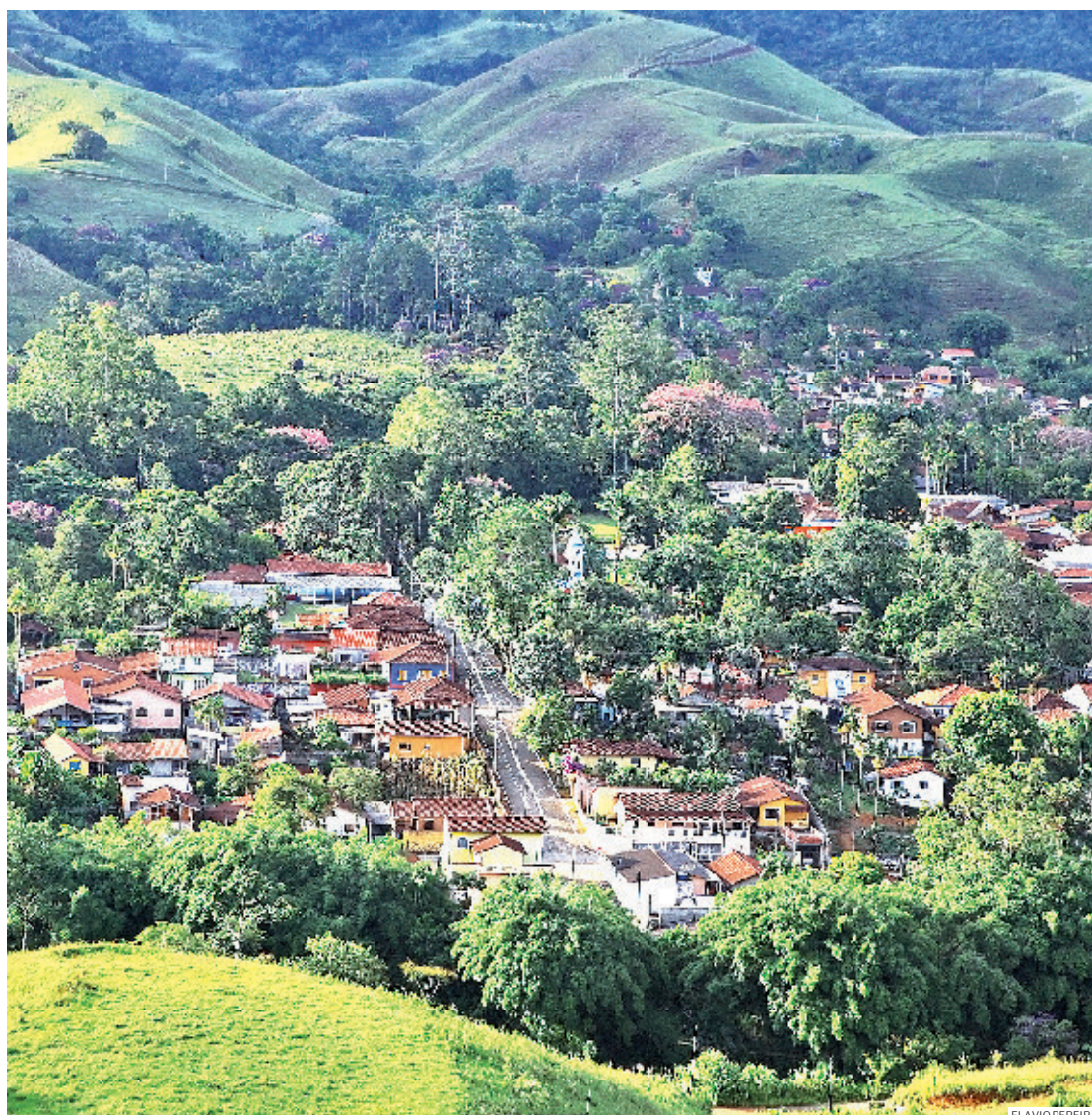
No Estado, o ICMS Ecológico representa apenas 0,5% da parcela de 25% do total de ICMS arrecadado pelo governo e que é repassado para cada município

→ REGIÃO

Na RMVale, 14 cidades recebem o ICMS Ecológico, somando R\$ 17,3 milhões em 2013

→ CIDADES

As cidades que mais recebem ICMS Ecológico na região são as quatro do Litoral Norte: Ubatuba (R\$ 3.920.377,24), Caraguá (R\$ 2.743.275,23), Ilhabela (R\$ 2.593.600,94) e São Sebastião (R\$ 2.374.344,98). São José dos Campos recebe R\$440.951,72, e é a 11ª mais bem remunerada na região



Verde que Vale. Por causa do Banhado e do distrito de São Francisco Xavier, São José recebeu em 2013 um total de R\$ 440 mil em ICMS Ecológico, recurso que ficou com a Secretaria da Fazenda

Cidades. Tendo recebido R\$ 440 mil em 2013 de ICMS Ecológico, por causa do Banhado e do distrito de São Francisco Xavier, São José não utiliza o dinheiro em projetos ambientais. O recurso é destinado à Secretaria da Fazenda, sem vinculação específica.

A Secretaria de Meio Ambiente informou que tenta criar “os instrumentos legais que vinculem os recursos diretamente aos programas ambientais do município”, por meio do Fundo Municipal de Meio Ambiente, que está em

processo de regulamentação.

A gestão será submetida ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, garantindo, segundo a pasta, a “transparência e o controle social na aplicação destes recursos”.

Litoral. Na região, as quatro cidades do Litoral Norte são as que mais recebem repasses do ICMS Ecológico, em razão de áreas protegidas no mar e na mata da Serra do Mar.

A campeã é Ubatuba, que recebeu R\$ 3,920 milhões em 2013.

Em seguida, vieram Caraguatuba (R\$ 2,743 mi), Ilhabela (R\$ 2,593 mi) e São Sebastião (R\$ 2,374 mi).

As cidades que menos recebem o imposto são Santo Antônio do Pinhal, com R\$ 318 mil, e Bananal, com R\$ 156 mil.

“É um recurso importante para cidades pequenas, com orçamento reduzido”, disse o economista Paulo Costa. ●



Comente esta reportagem no site www.ovale.com.br

PONTO DE VISTA

Ambientalista defende que verba vá para meio ambiente

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Ambientalistas e especialistas em direito ambiental na região cobraram mudanças na legislação estadual e maior empenho das cidades para tornar o ICMS Ecológico um recurso direcionado a projetos ambientais e de proteção.

Para eles, trata-se de um dinheiro que deveria ser aplicado em ações ambientais voltadas para a proteção de áreas verdes em geral.

Advogado especializado em direito ambiental, Flávio Ojidos critica o atraso na legislação do Estado que não estabelece critérios qualitativos para a aplicação dos recursos do ICMS Ecológico, além de deixar de fora da compensação áreas municipais e federais.

“Gera casos como o de São José do Barreiro, que é quase tomado pelo Parque Nacional da Bocaina e não recebe nada por isso”, disse.

Ele cita o exemplo do Paraná como o Estado que definiu critérios qualitativos para aplicar o ICMS Ecológico. “Ganha mais quem protege mais.”

Para Jeferson Rocha, presidente do Instituto Eco-Solidário, a responsabilidade também é das prefeituras, que recebem o recurso. “Elas devem achar meios para aplicar o dinheiro no meio ambiente”.

O ambientalista Beto Francine, de Ubatuba, defende mudanças nas regras de compensação ambiental. ●

TRABALHO 23% DOS CARGOS DE LIDERANÇA NO BRASIL SÃO OCUPADOS POR MULHERES, DIZ PESQUISA

Mulher avança no mercado do Vale

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Embora não signifique igualdade no mercado de trabalho, as mulheres ocupam 23% dos cargos de liderança no Brasil, que incluem presidentes, vice-presidentes e diretorias de empresas.

O dado é da International Business Report 2013, da

consultoria Grant Thornton.

Na Petrobras, que tem como presidente Maria das Graças Silva Foster, da média de seis mil gerentes, 1.171 são mulheres. Do total de funcionários, 9.882 são mulheres, isto equivale a 16% do efetivo total.

Em São José dos Campos, a unidade da Johnson & Johnson tem 156 mulheres líderes,

o que representa 39% do total.

Do quadro total de funcionários, 33,5% são mulheres. Um dos motivos é a iniciativa que adotada para capacitar mulheres para os cargos de chefia, praticada desde 1995.

“Neste ano, houve aumento de 2%, em relação a 2013, a unidade da Johnson & Johnson tem 156 mulheres líderes,

de Recursos Humanos Lucia-na Andreotti.

Apesar de não haver detalhe sobre se há divergência de salários entre líderes mulheres e homens, a iniciativa tem se mostrado útil.

“O mercado consumidor da Johnson tem representação feminina muito grande, então, para atendê-lo, tem que ter gen-

te na empresa que sabe pensar como o consumidor”, disse.

Análise. Para o filósofo Cesar Augusto Eugênio, a racionalidade, unida à afetividade, é marca da gestão feminina. “Essa síntese é o que garante a excelência no trabalho da mulher no gerenciamento.”

“Mesmo com a igualdade de oportunidades, a mulher ainda é minoria no Congresso e nos cargos de chefia. Manter sistemas de preconceito demonstra a fraqueza do homem. Todo preconceito é um sinal de fraqueza”, concluiu Augusto. ●

1.171

mulheres ocupam cargos de liderança hoje, na Petrobras; elas representam 16% do total de funcionários